



Relatório de Gestão 2017



Coopercredi ACSC

Uma instituição feita para você!



Uma publicação da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Associação Congregação de Santa Catarina.

Conteúdo e editoração: Douglas Aparecido Cirilo
Revisão: Fabiana Gonçalves e Alberto Alves

Mensagem do Conselho de Administração

O ano de 2017, em fim se foi, e apesar de todos os prognósticos da economia afirmarem que os macro indicadores (inflação, SELIC, desemprego) estão sob controle, e que estamos saindo definitivamente da “recessão”, percebe-se que há uma certa indiferença no ar, e até mesmo podemos dizer descrença. A falta de expectativa é geral, e a maioria dos cidadãos estão sem muito a comemorar, pois o cenário promissor por hora é apenas lembranças, dos “anos dourados”.

Todos nós passamos por um desencantamento com as situações que foram sendo desenhadas ao longo dos últimos 3 anos, além do noticiário, pessoas, empresas, governo, envolvidos em todo o tipo de desordem, seja ela, fiscal, jurídica, ética, moral.... A desarticulação promovida em todos os níveis e estruturas redundou em uma fraqueza proposital, que quer anestesiar todo o senso crítico e não permitir uma mobilização profunda da sociedade para buscar uma saída que produza os efeitos necessários para corrigir as grandes discrepâncias de nossa sociedade, fruto da estrutura atual que reluta em mudar e não abandonar a cultura do privilégio, e de minorias controlando a realidade.

No entanto, nossos cooperados, hoje podem perceber que seus esforços tem um Porto Seguro, onde os seus recursos administrados com transparência e participação ativa, permitem o planejamento de curto, médio e longo prazo, para que possa expandir-se, e no melhor dos cenários, dando um horizonte certo e seguro para si e sua família, e permitir-se uma verdadeira experiência, de agir e crescer de maneira orgânica e sustentável. Assim, percebe-se que a organização e o planejamento, tornam nossas ações compromissadas com o esforço de fazer a diferença entre a verdadeira conquista e o simples sonhar, pois passamos a edificar sobre a rocha, com os esforços de todos os nossos cooperados, colaboradores, dirigentes e parceiros.

Não gostaria que apenas os números fossem a materialização de todo o nosso ano de 2017, mas que pudéssemos contar e contabilizar todos os sonhos realizados, quantas realidades foram alteradas, e até o que foi iniciado, e em prol de uma verdadeira mudança, dentro de nós mesmos, quando passamos a ser agentes ativos de um mundo que queremos e desejamos construir, sem tantas diferenças e sem tantas desigualdades, mas justo e honesto com o próprio semelhante.

Parabéns a todos nós! E que venha o 2018, com seus desafios.

Antônio Coelho Barroqueiro
Presidente do Conselho de Administração

Apresentação

A Coopercredi ACSC é a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo que atende os funcionários da Associação Congregação de Santa Catarina. Uma instituição financeira, organizada sob forma de sociedade cooperativa e fiscalizada pelo Banco Central do Brasil. Não tem fins lucrativos e sua gestão é democrática por pertencer aos cooperados.

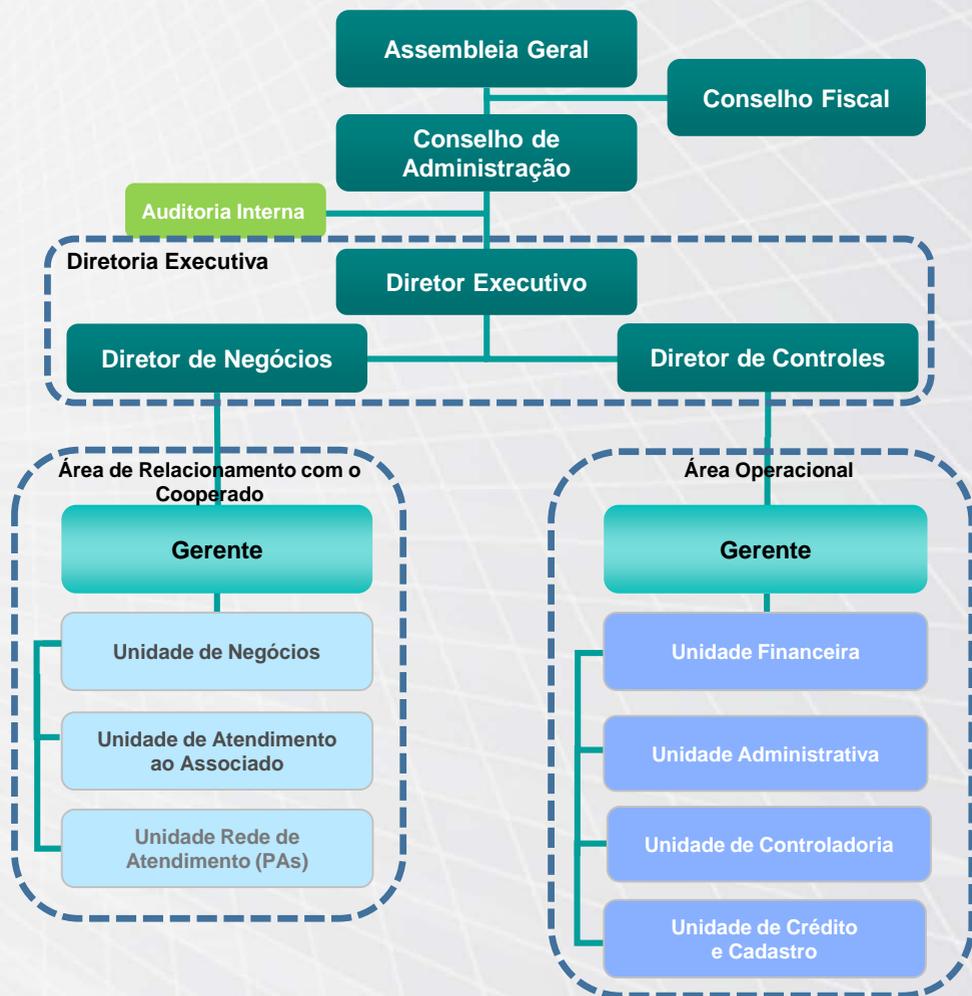
Fundada em 5/11/1990, com o objetivo de atender somente os funcionários do Hospital Santa Catarina, em 2001, após a mudança em seu Estatuto Social, possibilitou a entrada dos funcionários de todas as casas da ACSC.

Somos mais de 7.000 cooperados, em benefício dos quais promove o desenvolvimento econômico e social, através da prestação de serviços financeiros, com qualidade e a custos baixos, orientada pelos princípios cooperativistas.

Um dos mais importantes pilares de nossa gestão é a transparência, pois gera decisões mais comprometidas com a sociedade.

É com essa crença que disponibilizamos esse relatório para que nossos cooperados, colaboradores, dirigentes e Irmãos da ACSC, além de outros públicos relacionados, possam verificar os resultados gerados em 2017, acompanhar nossa gestão e assim nos ajudar a construir novos caminhos.

Nossa Equipe



Nossa Equipe

Conselho de Administração | 2015-2018 | contato:

conad@crediacsc.org.br

Antônio Coelho Barroqueiro, Presidente

Carla Verônica Garcia Silva, Conselheira

Gerson Ribeiro Magalhães, Conselheiro (até outubro/17)

Vera Lúcia Guerreiro Sardinha, Vice-presidente (até março/18)

Conselho Fiscal | 2016-2018 | contato: fiscal@crediacsc.org.br

Sarah Lopes Vilas Boas Sapiain, Coordenadora

Felipe Ribeiro Soares de Andrade, Efetivo

Sérgio Aparecido da Veiga, Efetivo

Carlos Alberto Luiz de Souza, Suplente

Diretoria Executiva | 2015-2018 | conato:

diretoria@crediacsc.org.br

Douglas Aparecido Cirilo, Diretor Executivo

Gerson Ribeiro Magalhães, Diretor de Controles

Área Operacional

Alberto Alves, gerente operacional

Unidade Financeira

Karen Ribeiro, assistente financeiro

Rosely Fusse, analista financeiro

Unidade Administrativa

Francielle Barreira, analista de TI

Nathalia Xavier, assistente administrativo

Nossa Equipe

Unidade de Controladoria

Jessica Neves, assistente contábil

Unidade de Crédito e Cadastro

Clarissa Ricardi, analista de crédito

Fabiana Gonçalves, especialista de crédito

Isabela Cavalcante, estagiária

Suelen Negreiros, jovem aprendiz

Área de Relacionamento com Associado

Nathalia Gonçalves, gerente de negócios

Unidade de Negócios

Edson Ferreira, assistente de negócios

Unidade de Atendimento

Luma Campos, supervisora de atendimento

Daiane Dias, agente de atendimento

Gabriela Gomes, agente de atendimento

Ingrid Silva, agente de atendimento

Tais Ribeiro, agente de atendimento

Thais Souza, agente de atendimento

Unidade Rede de Atendimento

PA HSI: Andreia Cavilha, agente de atendimento

PA HSL: Adrielle Calossa, agente de atendimento

PA HST: Carlos Junior, agente de atendimento

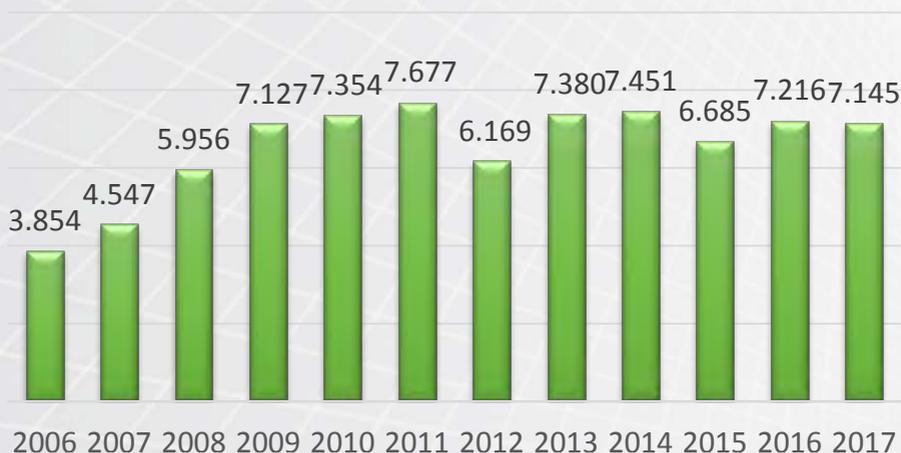
PA OS Santa Catarina: Iasmine Luz, agente de atendimento

PA HNCS: Luana Freitas, agente de atendimento

PA HSC: Marcell Brito, agente de atendimento

PA CSSJ: Vanessa Mesquita, agente de atendimento

Quadro Social



2.069 novos cooperados
no ano.

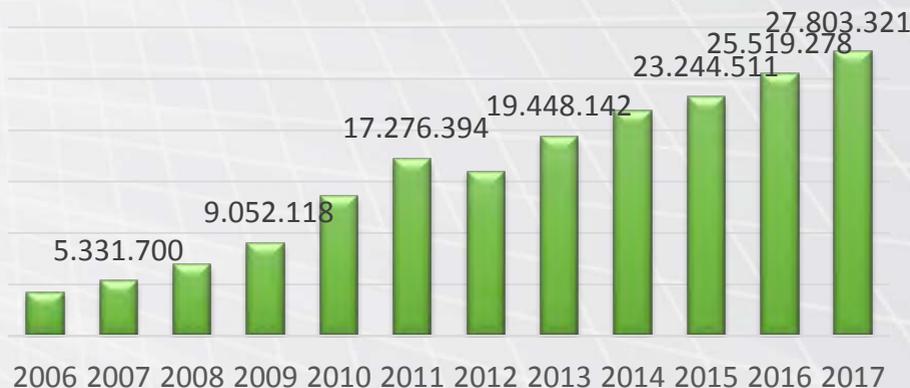
Em 2017 saíram 2.170 Cooperados, que representa 15,25% a mais do que em 2016 (1.839)

- Saíram da ACSC: 1.754
- Saíram da Cooperativa: 411
- Faleceram: 3
- Eliminação: 2

Depósitos e Saídas no Capital Social



Capital Social

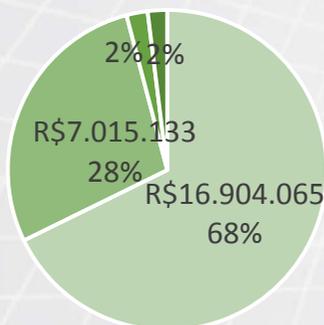


Remuneração de Capital teve juros de **8,86%:**
R\$ 2.181.199

Na poupança, renderia R\$ 1.648.208 (6,61%)

Cooperar e endeu **32%** mais que a poupança tradicional.

Liberação de Empréstimos



7.266 contratos

Prazo médio de **25 meses**

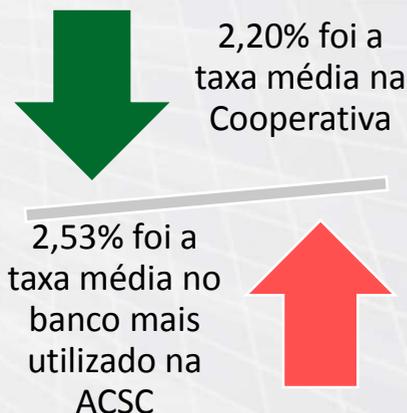
Valor médio de **R\$ 3.433**

■ Crédito Novo
 ■ Renovação
 ■ Seguro
 ■ IOF

Rendas de Empréstimos



Taxas de Crédito Consignado



Fonte: Banco Central do Brasil

Taxa SFN: Série 20744 - Taxa média de juros das operações de crédito com recursos livres - Pessoas físicas - Crédito pessoal consignado para trabalhadores do setor privado.

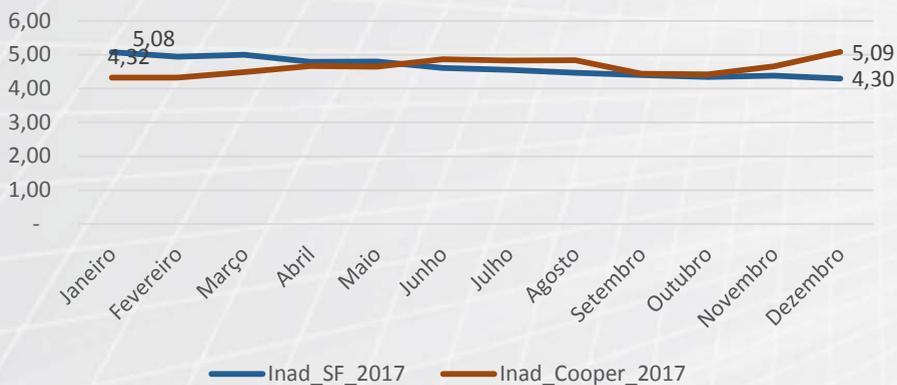
Taxa Banco: última semana de dezembro/17.

Empréstimos em atraso

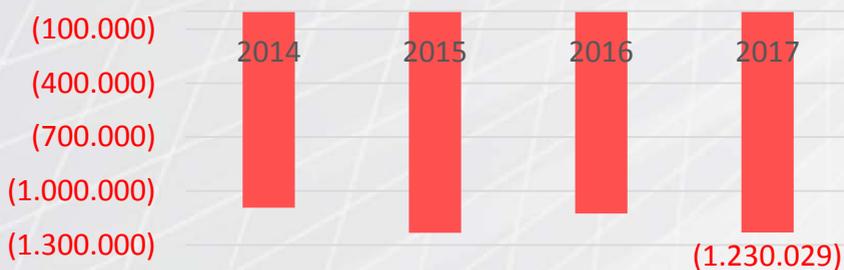
Atrasos de 16 a 90 dias



Inadimplência a partir de 90 dias



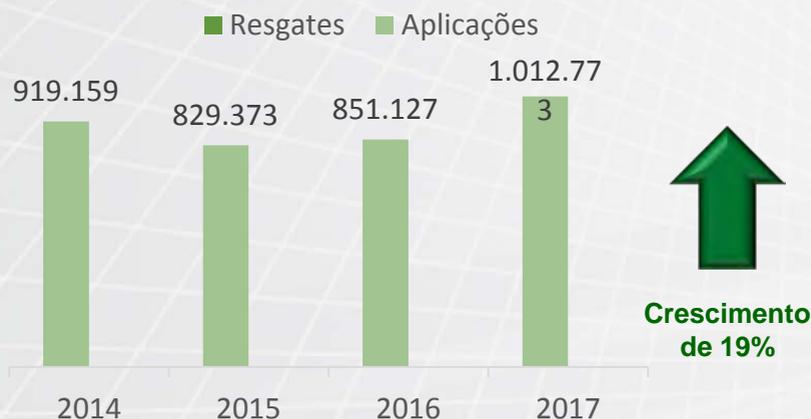
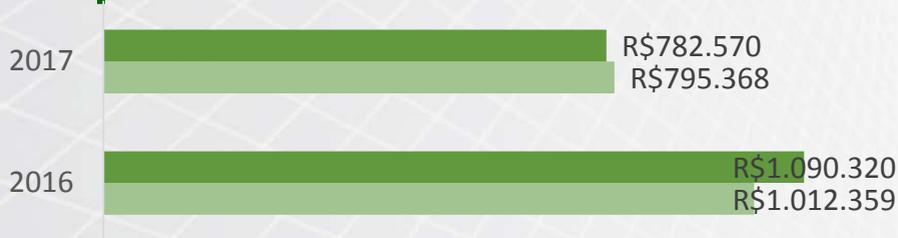
Provisão para Devedores Duvidosos



Carteira de Crédito

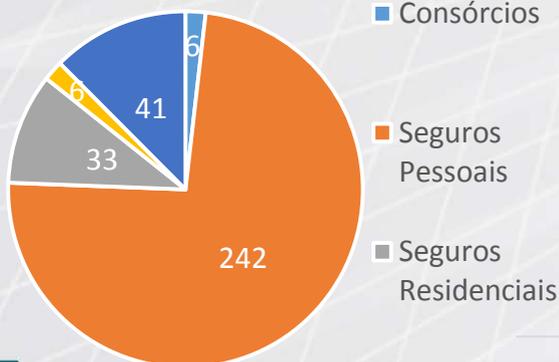


Cooperinvest



Seguros e Consórcios

328 Operações



Receitas



Operações por Casa

Casa	Cooperados	Capital	Cooperinvest	Empréstimos		Seguros	Consórcios
				Saldo	Atraso		
01 Administração Corporativa	165	1.185.768	25.224	1.159.872	15.905	8.213	17.221
03 Casa de Saúde São José	902	3.636.399	29.915	3.603.074	170.944	31.166	-
04 Hospital Santa Teresa	601	1.536.998	-	1.662.214	24.899	3.441	-
05 Colégio Santa Catarina - RJ	15	93.471	-	17.303	-	-	-
05 Creche Santa Catarina	30	100.131	5.649	70.893	1.130	123	-
06 Colégio Santa Catarina - MG	30	115.173	-	87.665	-	-	-
07 Hospital Santa Catarina	1.170	5.891.869	252.309	4.761.634	115.774	22.512	-
08 Colégio Santa Catarina - SP	86	487.259	-	375.447	18.119	2.339	-
10 Hospital São José	366	828.395	29.978	838.458	456	367	-
11 Hospital M Regina Protzman	94	207.847	-	213.918	1.705	-	-
12 Escola Santa Catarina	14	33.321	-	8.491	-	-	-
18 Hospital São Luiz	378	788.706	-	1.063.546	16.641	883	-
19 Lar Madre Regina	58	231.762	47.337	132.430	313	1.510	-
25 Hospital Clin. NS Conceição	235	658.444	-	703.171	4.916	733	-
26 Organização Social ACSC	1.333	6.468.404	165.489	4.407.304	136.936	31.948	32.842
28 Centro de Ref. do Idoso	80	253.970	2.287	331.066	25.748	-	-
36 AME - Itapevi	102	375.867	190.545	237.358	-	1.713	28.733
42 Creche Monteiro Lobato	21	41.380	-	21.692	-	-	-
43 Hospital Amparo Maternal	181	532.856	-	504.859	12.383	1.824	-
45 Obra Social Santa Catarina	3	10.296	-	1.039	-	-	-
46 Hospital Regional Cáceres	9	10.735	-	20.184	3.334	-	-
47 Creche São José Itamarati	19	58.940	-	48.352	67	-	-
48 Hospital Estadual Central	424	563.415	-	1.125.586	9.064	240	-
51 Hospital S J e M Chiq Gal	64	39.640	15.115	90.613	-	477	-
52 Hospital Santa Isabel	246	162.727	3.716	560.219	652	3.932	-
53 Hospital N S da Conceição	471	280.495	11.990	807.553	2.692	2.585	-
Amparo Maternal	17	47.395	-	44.482	-	120	-
Cooperativa de Crédito	24	96.057	59.344	95.820	-	12.796	473.245
Familiares	5	3.505	-	-	-	-	-
Província Madre Regina	12	26.211	-	35.231	3.514	-	-
Todos Cooperados	7.145	24.767.437	838.897	23.035.474	565.194	126.920	552.041

Saldos de ex-cooperados na carteira	3.035.884	173.875	3.384.838	1.107.266	32,71%
--	------------------	----------------	------------------	------------------	---------------

Total de Operações	27.803.321	1.012.773	26.420.312	1.672.459	6,33%
---------------------------	-------------------	------------------	-------------------	------------------	--------------

Apoio as ações e eventos

Administração Corporativa: Encontro de Enfermagem	R\$ 3.213,00
Administração Corporativa: Compra de uniformes para time de futebol	R\$ 770,16
AME Itapevi: Semana Enfermagem (Coffee Break)	R\$ 553,93
Amparo Maternal: Doação para o Bingo de 78 anos	R\$ 408,12
Casa de Saúde São José: Compra de ingressos	R\$ 240,00
Colégio Santa Catarina – GO: Festa de Santa Catarina (carro de som)	R\$ 400,00
Colégio Santa Catarina - Petrópolis RJ: Doação para Confraternização de Natal	R\$ 1.200,00
Creche Santa Catarina: Doação para passeio de final de ano	R\$ 1.200,00
Hospital Estadual Central: Festa das crianças do HMRP	R\$ 790,00
Hospital Madre Regina Protmann: Festa das crianças	R\$ 500,00
Hospital Nossa Senhora da Conceição: Festa em comemoração aos 113 anos	R\$ 1.000,00
Lar Madre Regina: Desenvolvimento do Site	R\$ 1.279,96
OSS Santa Catarina: Projeto Viva Saudável	R\$ 2.500,00
Polo de Ação Intensiva em Saúde MentalZN: Semana Enfermagem	R\$ 300,00
TOTAL	R\$ 14.355,17

SIPAT	
Ame Itapevi	R\$ 250,00
Casa de Saúde São José	R\$ 2.000,00
Centro de Referência do Idoso ZN	R\$ 190,00
Hospital Santa Catarina	R\$ 3.045,70
Hospital Santa Teresa	R\$ 1.500,00
Hospital São Luiz	R\$ 700,00
OSS Santa Catarina	R\$ 2.500,00
Polo de Ação Intensiva em Saúde MentalZN	R\$ 1.000,00
TOTAL	R\$ 11.185,71

Festas Juninas	
Escola Santa Catarina	R\$ 600,00
Colégio Santa Catarina - SP	R\$ 450,00
Colégio Santa Catarina - RJ	R\$ 200,00
Hospital São Luiz	R\$ 300,00
Lar Madre Regina	R\$ 479,78
TOTAL	R\$ 2.029,78

Apoios em 2017	R\$ 27.567
----------------	------------



**Aumento
de 163%**

Ações sociais

Páscoa

Mantendo a tradição, realizamos a ação de Páscoa em diversas casas.



Neste ano, ajudamos a levar alegria a **650** crianças, idosos e pacientes da ACSC.

Juntos, podemos ajudar mais!

Casas	Atendidos	Apoio
Creche Monteiro Lobato	180	R\$ 1.274,65
Creche Santa Catarina	155	R\$ 1.162,50
Creche São José do Itamarati	180	R\$ 1.222,20
Lar Madre Regina	80	R\$ 743,70
Polo de Ação Intensiva em Saúde MentalZN	55	R\$ 211,60
TOTAL	650	R\$ 4.614,65

Dia C

Este ano nossa Cooperativa foi co-realizadora do evento Dia de Cooperar (Dia C) em São Paulo, que teve a participação de mais de 3.500 pessoas.

Além de patrocinar a realização do evento, nossos colaboradores atuaram voluntariamente em diversos setores da organização. Junto com outras cooperativas, montamos uma tenda de Educação Financeira, onde dezenas de pessoas buscaram orientações e assistiram palestras.



Apoio para o evento R\$ 2.750

FATES

Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social

Em 2017, os delegados presentes na Assembleia aprovaram o plano para aplicação do FATES que foi cumprido pela Diretoria, conforme abaixo:

	Previsão	Realizado	Varição
Saldo Anterior	114.667	114.667	-
Ingressos:	226.300	226.300	-
Destinação pela Assembleia Geral	226.300	226.300	-
Utilização:	-340.900	-102.480	238.420
Parceria Instituto FEPAF	- 2.880	- 2.880	-
Programa de Reeducação e Orientação Financeira	-107.580	-99.600	7.980
Circuito Sociocultural	-160.440	-	160.440
Seminário do Cooperativismo	-70.000	-	70.000
Saldo Final antes das destinações	67	238.487	238.420
Ingressos:	75.336	86.954	11.618
Destinação de 10% das sobras do ano	75.336	86.954	11.618
Reversão de valores não resgatados	-	-	-
Saldo Final	75.403	325.441	250.038

Ciclo de Cursos e Palestras

A Cooperativa promoveu um ciclo de cursos e palestras no Hospital Santa Catarina, com o objetivo de apoiar os cooperados em seu desenvolvimento profissional.

Evento	Participantes
Palestra Inteligência Emocional	10
Palestra Gestão da Mudança	6
Curso Redação Empresarial	8
Curso Gestão da Informação	8
Curso Ética	5
TOTAL	37



Atividades do PROFE®

Programa de Reeducação e Orientação Financeira e Empreendedora da Coopercredi ACSC atendeu centenas de cooperados em 2017.

O programa PROFE®, que iniciou na Coopercredi em 2007, tem como objetivo auxiliar e incentivar os cooperados e as pessoas com os quais convivem a manter a vida financeira tranquila e organizada.

Por meio de palestras, cursos, atividades interativas e ferramentas, o Professor Marcos Silvestre ensina a importância das finanças pessoais estarem organizadas, podendo proporcionar uma melhor qualidade de vida para cada um.

O programa é coordenado pelo Prof. Marcos Silvestre, economista, pesquisador, autor best-seller, Coaching Money e comunicado que apresenta os programas “Na Ponta do Lápis” e “Por Conta Própria” na BandNews FM.



Curso Livre de Finanças Pessoais	Participantes
Centro de Referência do Idoso ZN	6
Cooperativa de Crédito	12
TOTAL	18



Oficina	Participantes
Polo de Ação Intensiva em Saúde MentalZN	7

Palestras	Participantes
Hospital Santa Catarina	67
Hospital Santa Izabel	27
Hospital Nossa Senhora da Conceição (2)	73
Hospital São José	31
Hospital Santa Teresa	33
Casa de Saúde São José (2)	24
OS Santa Catarina (2)	41
TOTAL	296

Fundo de Expansão

O Fundo de Expansão foi criado na Assembleia Geral de 2015 e tem como objetivo reunir recursos financeiros para instalação de sede administrativa da Coopercredi ACSC.

Nos dois últimos anos, o fundo recebeu recursos das sobras líquidas destinadas pela Assembleia Geral e também dos rendimentos gerados pela aplicação de seus recursos.

	Previsão	Realizado	Varição
Saldo Anterior	362.028	362.028	
Ingressos:	398.846	396.765	-2.081
Destinação pela Assembleia Geral	340.971	340.971	-
Rendimentos da aplicação financeira	57.875	55.794	-2.081
Utilização:	-	-	-
Saldo Final	760.874	758.793	-2.081

Disponibilidades e Aplicações Financeiras



Balço Patrimonial

ATIVO	2016	2017	VARIAÇÃO	%
ATIVO CIRCULANTE	R\$ 26.691.604	R\$ 29.882.600	R\$ 3.190.996	11,96%
Disponibilidades em Bancos	R\$ 34.931	R\$ 2.005	-R\$ 32.926	-94,26%
Centralização Financeira	R\$ 3.429.254	R\$ 6.253.512	R\$ 2.824.257	82,36%
Operações de Crédito	R\$ 22.846.080	R\$ 23.309.249	R\$ 463.169	2,03%
Outros Créditos	R\$ 381.339	R\$ 317.834	-R\$ 63.504	-16,65%
PERMANENTE	R\$ 1.621.818	R\$ 1.745.204	R\$ 123.385	7,61%
TOTAL DO ATIVO	R\$ 28.313.423	R\$ 31.627.804	R\$ 3.314.381	11,71%
PASSIVO	2016	2017	VARIAÇÃO	%
PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 1.344.519	R\$ 1.762.775	R\$ 418.256	31,11%
Depósitos a Prazo	R\$ 851.127	R\$ 1.012.773	R\$ 161.596	18,99%
Outras Obrigações	R\$ 493.392	R\$ 750.002	R\$ 256.610	52,01%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 26.968.903	R\$ 29.865.029	R\$ 2.896.125	10,74%
Capital Social	R\$ 25.519.278	R\$ 27.803.321	R\$ 2.284.043	8,95%
Fundos de Reserva e de Expansão	R\$ 882.354	R\$ 1.366.074	R\$ 483.719	54,82%
Sobras ou Perdas Acumuladas	R\$ 567.271	R\$ 695.635	R\$ 128.363	22,63%
TOTAL DO PASSIVO	R\$ 28.313.423	R\$ 31.627.804	R\$ 3.314.381	11,71%

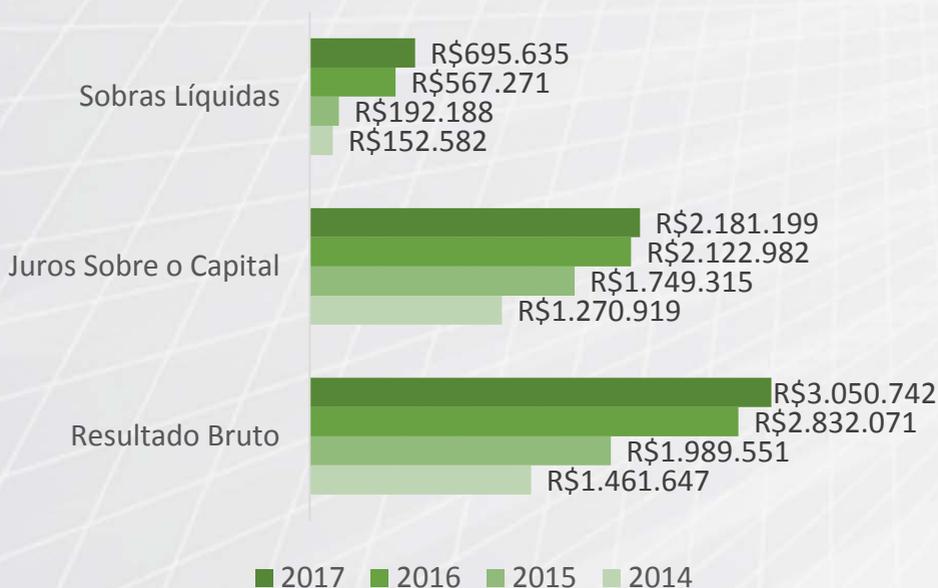
Controle Orçamentário

Contas	Realizado 2016	Realizado 2017	Variação do Realizado 2016 e 2017	
			Em R\$	Em %
RECEITAS				
Rendas de Intermediação Financeira	6.085.671	6.519.627	433.956	7,13%
Rendas de Operação Financeira	324.285	359.467	35.182	10,85%
Receita Centralização Financeira	324.285	359.467	35.182	10,85%
Rendas de Operações de Crédito	5.879.108	6.275.368	396.260	6,74%
Rendas de empréstimos	6.698.550	7.228.131	529.581	7,91%
Recuperação de crédito baixado como prejuízo	306.434	277.267	-29.167	-9,52%
Provisão para Créd. de Liq. Duvidosa	-1.125.876	-1.230.029	-104.154	9,25%
Constituição de provisão para CLD	-1.963.816	-1.262.570	701.246	-35,71%
Reversão de provisão para CLD	837.941	32.541	-805.400	-96,12%
Despesa de Captação Financeira	-117.722	-115.208	2.514	-2,14%
Despesas com remuneração de depósitos	-117.722	-115.208	2.514	-2,14%
Despesas com empréstimos na Central	0	0	0	0,00%
Outras Rendas	244.882	158.242	-86.641	-35,38%
Convênios/parcerias	163.908	143.090	-20.818	-12,70%
1 - TOTAL DAS RECEITAS	6.494.461	6.820.959	326.498	5,03%
DESPESAS				
Despesa de Pessoal	1.953.128	1.875.709	-77.419	-3,96%
Salários/Férias/13.o salário	1.020.569	992.844	-27.725	-2,72%
Encargos Sociais	345.136	303.878	-41.258	-11,95%
Benefícios	583.571	573.489	-10.082	-1,73%
Educação/Treinamentos	3.851	5.498	1.646	42,75%
Serviços de Terceiros	174.339	145.807	-28.532	-16,37%
Conselho de Administração/Conselho Fiscal	43.061	44.075	1.014	2,36%
Diretoria	412.521	462.222	49.701	12,05%
Impostos/Taxas/Multas	8.554	18.694	10.140	118,55%
Provisão Riscos	0	0	0	0,00%
Despesas Bancárias	11.736	7.649	-4.087	-34,82%
Filiações Outras Entidades	247.264	336.417	89.153	36,06%
Propaganda e publicidade	28.491	24.113	-4.377	-15,36%
Seguros	11.854	13.251	1.397	11,79%
Sede	115.915	127.859	11.943	10,30%
Telecomunicações / Fax / Internet	66.907	53.564	-13.343	-19,94%
Correio	18.963	20.589	1.626	8,58%
Assinaturas / Livros Técnicos	130	76	-54	-41,32%
Promoções e relações públicas	30.891	41.135	10.244	33,16%
Viagens / Diárias	76.529	37.923	-38.606	-50,45%
Comemorações/Eventos	66.848	132.874	66.027	98,77%
Transporte	14.297	7.483	-6.814	-47,66%
Manutenção - Maquinas/Equipamentos	1.435	860	-575	0,00%
Processamento de Dados	236.944	299.655	62.711	26,47%
Material Escritório / Gráfico	20.766	22.902	2.136	10,29%
Material Copa Limpeza/ refeições	13.702	14.608	907	6,62%
Gastos Diversos	28.676	17.416	-11.260	-39,27%
Depreciação/Amortização	74.967	65.335	-9.633	-12,85%
2 - TOTAL DE DESPESAS	3.657.916	3.770.216	112.301	3,07%
3 - RESULTADO OPERACIONAL	2.836.545	3.050.742	214.197	7,55%
Total de Despesas em relação ao total de receitas	56,32%	55,27%	-1,05p.p	

Contas	Orçado 2017	Realizado 2017	Variação Orçado e Realizado 2017	
			Em R\$	Em %
RECEITAS				
Rendas de Intermediação Financeira	7.101.339	6.519.627	-581.712	-8,19%
Rendas de Operação Financeira	180.000	359.467	179.467	99,70%
Receita Centralização Financeira	180.000	359.467	179.467	99,70%
Rendas de Operações de Crédito	6.921.339	6.275.368	-645.971	-9,33%
Rendas de empréstimos	7.994.810	7.228.131	-766.679	-9,59%
Recuperação de crédito baixado como prejuízo	400.000	277.267	-122.733	-30,68%
Provisão para Créd. de Liq. Duvidosa	-1.328.773	-1.230.029	98.743	-7,43%
Constituição de provisão para CLD	-2.108.773	-1.262.570	846.203	-40,13%
Reversão de provisão para CLD	780.000	32.541	-747.459	-95,83%
Despesa de Captação Financeira	-144.698	-115.208	29.490	-20,38%
Despesas com remuneração de depósitos	-144.698	-115.208	29.490	-20,38%
Despesas com empréstimos na Central	0	0	0	0,00%
Outras Rendas	0	158.242	158.242	0,00%
Convênios/parcerias	223.897	143.090	-80.807	-36,09%
1 - TOTAL DAS RECEITAS	7.325.236	6.820.959	-504.277	-6,88%
DESPESAS				
Despesa de Pessoal	2.461.930	1.875.709	-586.221	-23,81%
Salários/Férias/13.o salário	1.308.858	992.844	-316.015	-24,14%
Encargos Sociais	399.894	303.878	-96.016	-24,01%
Benefícios	719.105	573.489	-145.616	-20,25%
Educação/Treinamentos	34.072	5.498	-28.574	-83,86%
Serviços de Terceiros	164.284	145.807	-18.477	-11,25%
Conselho de Administração/Conselho Fiscal	53.624	44.075	-9.550	-17,81%
Diretoria	447.295	462.222	14.926	3,34%
Impostos/Taxas/Multas	5.714	18.694	12.980	227,15%
Provisão Riscos	14.400	0	-14.400	-100,00%
Despesas Bancárias	14.862	7.649	-7.213	-48,53%
Filiações Outras Entidades	330.350	336.417	6.067	1,84%
Propaganda e publicidade	67.265	24.113	-43.152	-64,15%
Seguros	11.282	13.251	1.969	17,45%
Sede	124.210	127.859	3.649	2,94%
Telecomunicações / Fax / Internet	79.664	53.564	-26.099	-32,76%
Correio	21.466	20.589	-877	-4,08%
Assinaturas / Livros Técnicos	1.200	76	-1.124	-93,66%
Promoções e relações públicas	46.500	41.135	-5.365	-11,54%
Viagens / Diárias	112.182	37.923	-74.259	-66,20%
Comemorações/Eventos	115.997	132.874	16.877	14,55%
Transporte	8.520	7.483	-1.037	-12,17%
Manutenção - Maquinas/Equipamentos	6.000	860	-5.140	-85,67%
Processamento de Dados	293.679	299.655	5.976	2,03%
Material Escritório / Gráfico	23.894	22.902	-992	-4,15%
Material Copa Limpeza/ refeições	20.910	14.608	-6.302	-30,14%
Gastos Diversos	23.183	17.416	-5.767	-24,88%
Depreciação/Amortização	88.122	65.335	-22.787	-25,86%
2 - TOTAL DE DESPESAS	4.536.533	3.770.216	-766.316	-16,89%
3 - RESULTADO OPERACIONAL	2.788.703	3.050.742	262.039	9,40%
Total de Despesas em relação ao total de receitas	61,93%	55,27%	-6,66p.p.	

Apuração do Resultado

	Exercício		Variação	
	2016	2017	R\$	%
Receita total	6.494.461	8.198.737	1.704.276	26%
Despesa total	3.657.916	5.147.995	1.490.079	41%
Resultado Operacional	2.836.545	3.050.742	214.197	8%
Resultado Não Operacional	4.474		- 4.474	-100%
Resultado Bruto	2.832.071	3.050.742	218.671	8%
Juros sobre o Capital	2.122.982	2.181.199	58.217	3%
Resultado Líquido	709.089	869.543	160.454	23%
Destinação ao FATES	70.909	86.954	16.045	23%
Destinação à Reserva Legal	70.909	86.954	16.045	23%
Sobras a disposição da Assembleia	567.271	695.635	128.364	23%



Demonstrações Contábeis 2017



Coopercredi ACSC

Uma instituição feita para você!

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Em reais)

Senhores cooperados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações contábeis do exercício de 2017 da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Associação Congregação de Santa Catarina – Coopercredi ACSC, na forma da legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2017 a Coopercredi ACSC completou 27 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2017, a Coopercredi ACSC obteve um resultado de R\$ 3.050.742 antes das destinações e juros ao capital próprio, representando um retorno anual de 10,22% sobre o patrimônio líquido.

3. Ativos

Os recursos depositados na centralização financeira somaram R\$ 6.253.512. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 23.309.249, líquida de provisões.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira comercial	R\$ 23.309.249	100	%
--------------------	----------------	-----	---

Os vinte maiores devedores representavam na data-base de 31/12/2017 o percentual de 3,41% da carteira, no montante de R\$ 901.113,77.

4. Captação

As captações, no total de R\$1.012.773, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 19%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos a prazo	R\$ 1.012.774	100%
-------------------	---------------	------

Os vinte maiores depositantes representavam na data-base de 31/12/2017 o percentual de 89,32% da captação, no montante de R\$ 904.669.

5. Patrimônio de Referência

O patrimônio de referência da Coopercredi ACSC era de R\$ 29.865.029. O quadro de cooperados era composto por 7.145 cooperados, havendo um decréscimo de 1% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do “RATING” (ponderação da probabilidade de perda do tomador pela garantia fornecida), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

A Coopercredi ACSC adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 92% nos níveis de “A” a “C”.

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles internos que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os cooperados, o poder maior de decisão.

A gestão da cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao conselho de administração as decisões estratégicas e à diretoria executiva, a gestão dos negócios da cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa possui um agente de controles internos, supervisionado diretamente pelo SICCOB CENTRAL CECRESP, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Estes mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito a cada dois anos na AGO, com mandato até a AGO de 2018, o conselho fiscal tem função complementar à do conselho de administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe da Coopercredi ACSC aderiram, por meio de compromisso firmado, ao código de ética e de conduta profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICCOB – SICCOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do sistema de ouvidoria do SICCOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2017, a ouvidoria da COOPERCREDI ACSC registrou 011 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento e operações de crédito.

Das 011 reclamações, 005 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

São Paulo (SP), 5 de fevereiro de 2018.

Conselho de Administração e Diretoria

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em reais)

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Associação Congregação de Santa Catarina
- Coopercredi ACSC

CNPJ nº 65.560.658/0001-01

Ativo	Nota	31-dez-17	31-dez-16
Circulante			
Disponibilidades	3	2.005	34.931
Títulos e valores mobiliários	3.1	6.253.512	3.429.254
Operações de crédito	4	3.514.600	2.875.161
Outros créditos	5	172.322	211.165
Total do ativo circulante		9.942.438	6.550.512
Não circulante			
Exigível a longo prazo			
Operações de crédito	4	19.794.650	19.970.919
Outros créditos	5	145.512	170.173
Permanente			
Investimentos	6	1.524.502	1.378.692
Imobilizações de uso	7	207.701	217.681
Intangível	8	13.001	25.445
Total do ativo não circulante		21.685.365	21.762.911
Total do ativo		31.627.804	28.313.423
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Depósitos a prazo	9	1.012.773	851.127
Cobrança e Arrec. Tributos/Assemelhados	10	11.646	1.909
Obrigações sociais e estatutárias	10.1	362.981	114.667
Obrigações fiscais e previdenciárias	10.2	76.059	75.006
Obrigações Diversas	10.3	299.316	301.810
Total do passivo circulante		1.762.775	1.344.519
Patrimônio líquido			
Capital social	13.a	27.803.321	25.519.278
Reservas de sobras	13.b/c	1.366.074	882.354
Sobras ou perdas do exercício	13.e	695.635	567.271
Total do patrimônio líquido		29.865.029	26.968.903
Total do passivo e do patrimônio líquido		31.627.804	28.313.423

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das sobras ou perdas				
(Em reais)				
Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Associação Congregação de Santa Catarina				
- Coopercredi ACSC				
CNPJ nº 65.560.658/0001-01				
	Nota	2º Semestre de 2017	31-dez-17	31-dez-16
Ingressos e receitas da intermediação financeira				
Operações de crédito	4.f	3.753.663	7.505.398	7.004.983
Resultado de op. com títulos e val. mobiliários e instrumentos financeiros		5.896	49.763	179.456
	15.1	3.759.560	7.555.161	7.184.439
Dispêndios e despesas da intermediação financeira				
Operações de captação no mercado		(54.520)	(116.771)	(119.056)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(560.413)	(1.230.029)	(1.125.876)
	16	(614.933)	(1.346.801)	(1.244.931)
Resultado bruto da intermediação financeira				
		3.144.627	6.208.360	5.939.508
Outros ingressos, receitas/dispêndios e despesas operacionais				
Dispêndios e despesas de pessoal		(1.190.004)	(2.368.428)	(2.391.373)
Outros dispêndios e despesas administrativas		(708.599)	(1.392.721)	(1.256.399)
Dispêndios e despesas tributárias	15	(3.979)	(7.504)	(8.809)
Outros ingressos e receitas operacionais		396.571	608.361	551.658
Resultado de Participações em Col. E Controladas		-	2.674	1.962
		(1.506.010)	(3.157.618)	(3.102.963)
Resultado operacional				
		1.638.617	3.050.742	2.836.545
Resultado não operacional				
Despesas não operacionais		-	-	(4.474)
		-	-	(4.474)
Resultado antes dos juros ao capital				
		1.638.617	3.050.742	2.832.071
Juros ao capital				
	14	(2.181.199)	(2.181.199)	(2.122.982)
Resultado antes das destinações estatutárias				
		(542.583)	869.543	709.089
F A T E S - Atos cooperativos	15. e	-	(86.954)	(70.909)
Reserva Legal	15. e	-	(86.954)	(70.909)
Sobras ou perdas líquidas do semestre/exercício				
		(542.583)	695.635	567.271

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das mutações do patrimônio líquido						
(Em reais)						
Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Associação Congregação de Santa Catarina - Coopercredi ACSC						
CNPJ nº 65.560.658/0001-01						
	Notas	Capital Subscrito	Reserva Legal	Fundo Expansão	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos em 31/12/2015		23.092.480	449.418	135.582	192.188	23.869.668
Destinação das sobras exercício anterior						
Ao Fundo de Expansão				226.446	(192.188)	34.257
Integralização/subscrição de capital		7.856.546			-	7.856.546
(-) Devolução de capital		(7.538.241)			-	(7.538.241)
Integralização de Juros ao Capital		2.122.982			(2.122.982)	-
IRRF sobre Juros ao Capital		(14.489)			-	(14.489)
Sobras ou Perdas Líquidas					2.832.071	2.832.071
F A T E S - Atos cooperativos	15.e				(70.909)	(70.909)
Reserva Legal	15.e		70.909		(70.909)	-
Saldos em 31/12/2016		25.519.278	520.327	362.028	567.271	26.968.903
Destinação de Sobras Exercício Anterior						
Ao Fundo de Expansão				396.765	(340.971)	55.794
Ao FATES					(226.300)	(226.300)
Integralização/subscrição de capital		8.639.893				8.639.893
(-) Devolução de capital		(8.522.319)				(8.522.319)
Integralização de Juros ao Capital		2.181.199			(2.181.199)	-
IRRF sobre Juros ao Capital		(14.730)				(14.730)
Sobras ou Perdas Líquidas					3.050.742	3.050.742
F A T E S - Atos cooperativos	15.e				(86.954)	(86.954)
Reserva Legal	15.e		86.954		(86.954)	-
Saldos em 31/12/2017		27.803.321	607.281	758.793	695.635	29.865.029

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração dos fluxos de caixa			
(Em reais)			
Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Associação Congregação de Santa Catarina - Coopercredi ACSC			
CNPJ nº 65.560.658/0001-01			
	2º Semestre de 2017	31/12/2017	31/12/2016
Atividades operacionais			
Sobras do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	1.638.617	3.050.742	2.832.071
Ajustes por:			
Provisão para operações de crédito	165.496	457.347	38.433
Provisão para Juros ao Capital	(2.181.199)	(2.181.199)	(2.122.982)
Destinação de sobras Fates	(86.954)	(86.954)	(70.909)
Depreciações e Amortizações	4.286	38.540	74.967
	(459.755)	1.278.477	751.581
Variação nos ativos e passivos			
Operações de crédito	13.472	(950.151)	(2.714.594)
Outros créditos	44.003	93.139	165.164
Depósitos	(206.679)	161.646	21.754
Outras obrigações	104.450	256.610	122.536
	(44.754)	(438.756)	(2.405.141)
Caixa gerado nas operações	(504.509)	839.721	(1.653.560)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aportes de capital em investimento	(139.456)	(145.810)	(94.783)
Aplicação no imobilizações de uso	(12.861)	(16.116)	(54.737)
Aplicação no ativos intangível e Diferido	-	-	(2.700)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(152.317)	(161.926)	(152.220)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Destinação ao Fundo de expansão	29.629	55.794	34.257
Aumento por novos aportes de capital	4.419.827	8.639.893	7.856.546
Devolução de capital à cooperados	(4.261.438)	(8.522.319)	(7.538.241)
Destinação de sobras exercício anterior ao FATES	-	(226.300)	-
Subscrição do juros ao capital	2.181.199	2.181.199	2.122.982
IRRF sobre juros ao capital	(14.730)	(14.730)	(14.489)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	2.354.486	2.113.536	2.461.055
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	1.697.660	2.791.331	655.275
Aumento (diminuição) de caixa e equivalente de caixa	1.697.660	2.791.331	655.275
No início do período (Nota 3)	4.557.856	3.464.185	2.808.911
No fim do período (Nota 3)	6.255.517	6.255.517	3.464.185

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA ASSOCIAÇÃO E
CONGREGAÇÃO DE SANTA CATARINA - Coopercredi ACSC**
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016**
(Em reais)

1. Contexto operacional

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Associação Congregação de Santa Catarina - Coopercredi ACSC, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 05/11/1990, filiada à Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo – SICOOB CENTRAL CECRESP e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/15, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

A Coopercredi ACSC possui 3 (três) Postos de Atendimento (PAs), sendo 2 em São Paulo/SP, e 1 (um) no Rio de Janeiro/RJ.

Tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (I) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (II) Oferecer formação educacional a seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua, da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (III) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

Demonstra-se abaixo os saldos patrimoniais mais significativos em 31/12/2017:

Descrição	Em Reais Coopercredi ACSC
Disponibilidades / Centralização Financeira	2.005
Títulos e valores mobiliários	6.253.512
Operações de Crédito	23.309.249
Ativo Permanente	1.745.204
Depósitos	1.012.773
Capital Social Integralizado	27.803,321
Sobras/Perdas Acumuladas até 31/12/2017	695.635

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, tendo sido aprovada pela Administração em 05 de fevereiro de 2018.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para passivos contingentes, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos Contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/12; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/08; CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis – Resolução CMN nº 4.524/16; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/08; CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/16; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/11; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/11; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/09, CPC 27 - Ativo Imobilizado – Resolução CMN nº 4.535/16 e CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados – Resolução CMN nº 4.424/15.

Resumo das principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

b) Aplicações em títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras a serem mantidas até o seu vencimento são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

d) Provisão para operações de crédito

É constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

A Resolução CMN nº 2.682/99 estabeleceu os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, sendo AA o risco mínimo e H o risco máximo.

e) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

f) Investimentos

São representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL CECRESP e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

g) Imobilizado

Os equipamentos de processamento de dados, os móveis, os utensílios entre outros equipamentos, as instalações, as edificações, os veículos, as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros e os softwares são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

h) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

i) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

j) Redução ao valor recuperável de ativos - impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2017 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

k) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

l) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

n) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou de outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

o) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

p) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

r) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017.

3. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e depósitos bancários	2.005	34.931
Títulos e valores mobiliários (a)	6.253.512	3.429.254
Total	6.255.517	3.464.185

(a) Títulos e valores mobiliários referem-se às aplicações RDC no SICOOB CENTRAL CECRESP, na modalidade de longo Pós-CDI, com apropriação diária de rendimentos e disponibilidade de liquidez imediata para resgate.

3.1. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Títulos e valores mobiliários - Títulos de renda fixa	6.253.512	3.429.254
Total	6.253.512	3.429.254

Os Títulos e valores mobiliários - Títulos de renda fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, no SICOOB CENTRAL CECRESP, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI.

4. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade e vencimento:

Modalidades	31/12/2017			31/12/2016
	Circulante	Não circulante	Total	
Empréstimos	3.514.600	19.794.650	23.309.249	22.846.080
Total	3.514.600	19.794.650	23.309.249	22.846.080

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo	Total em		Provisões	
		31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2016
AA - Normal	-	-	-	-	-
A 0,50% Normal	22.796.251	22.796.251	(113.981)	(22.325.730)	(111.629)
B 1% Normal	219.173	219.173	(2.192)	(198.483)	(1.985)
B 1% Vencidas	21.148	21.148	(211)	(16.206)	(162)
C 3% Normal	137.367	137.367	(4.121)	(116.180)	(3.485)
C 3% Vencidas	31.446	31.446	(943)	-	-
D 10% Normal	106.206	106.206	(10.621)	(61.891)	(6.189)
D 10% Vencidas	-	-	-	(70.009)	(7.001)
E 30% Normal	94.855	94.855	(28.456)	(107.088)	(32.126)
E 30% Vencidas	-	-	-	(20.176)	(6.053)
F 50% Normal	42.094	42.094	(21.047)	(136.385)	(68.193)
F 50% Vencidas	35.057	35.057	(17.529)	(25.730)	(12.865)
G 70% Normal	40.820	40.820	(28.574)	(39.106)	(27.374)
G 70% Vencidas	41.693	41.693	(29.185)	(20.525)	(14.367)
H 100% Normal	157.223	157.223	(157.223)	(153.218)	(153.218)
H 100% Vencidas	1.014.794	1.014.794	(1.014.794)	(497.249)	(497.249)
Total Normal	23.593.989	23.593.989	(366.215)	23.138.081	(404.199)
Total Vencidos	1.144.138	1.144.138	(1.062.662)	649.895	(537.697)
Total Geral	24.738.127	24.738.127	(1.428.878)	23.787.976	(941.896)
Provisões	(1.428.878)	(1.428.878)		(941.896)	
Total Líquido	23.309.249	23.538.135		22.846.080	

c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	(941.896)	(1.443.068)
Constituições / Reversões	(1.063.394)	(356.450)
Transferência/Reversões para Prejuízo no período	576.412	857.622
Total	(1.428.878)	(941.896)

d) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Devedor	107.848,99	0,41%	75.936,48	0,30%
10 Maiores Devedores	578.526,35	2,21%	474.568,58	1,89%
50 Maiores Devedores	1.579.228,77	6,03%	1.459.598,41	5,80%

Obs.: Desconsiderados os grupos econômicos.

e) Movimentação de Créditos Baixados como Prejuízo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	4.263.810	3.406.188
Valor das operações transferidas no período	772.682	1.099.327
Valor das operações recuperadas no período	(196.270)	(241.705)
Total	4.840.222	4.263.810

f) Receitas de operações de crédito:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Empréstimos	7.228.131	6.698.550
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	277.267	306.434
Total	7.505.398	7.004.984

5. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Adiantamento Funcionário	12.610	3.763
Adiantamento para Despesas Diversas	3.127	151
Quitações de Rescisões (a)	70.227	65.101
Títulos e Crédito a Receber (c)	741.840	851.929
(-) Provisão para Outros Créditos (b)	(509.970)	(539.605)
Total	317.834	381.339

- Em Quitações de Rescisão estão registrados os valores de rescisões de cooperados feitas no decorrer do mês base, sendo baixadas sempre no mês.
- Na conta de Provisões para Outros Créditos, foram registradas as provisões referentes às Títulos e Crédito a Receber, conforme os níveis de risco previstos na Resolução CMV/BCB nº 2.682/99.
- Em títulos e Créditos a Receber, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

Títulos e Créditos a receber	31/12/2017	31/12/2016
Renegociações	873.444	1.006.824
(-) Rendas apropriar renegociação	(131.604)	(154.895)
Total	738.857	851.929

6. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB CENTRAL CECRESP e ações do BANCOOB.

Movimentação dos investimentos:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Sicoob Central Cecresp	1.479.403	1.337.793
Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB	26.372	22.299
Cecresp Corretora de Seguros Ltda.	18.727	18.600
Total	1.524.502	1.378.692

7. Imobilizado de uso

É demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Taxa Depreciação
Imobilizações em Curso (a)	38.244	-	-
Instalações	61.956	61.956	10%
Veículos	0,00	35.424	10%
Móveis e equipamentos de Uso	145.131	135.124	10%
Sistema de Comunicação	4.070	4.070	20%
Sistema de Processamento de Dados	257.817	254.528	20%
(-) Total Depreciação Acumulada	(299.517)	(273.420)	
Total	207.701	217.682	

a) As imobilizações em curso foram demonstradas neste grupo, mas serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

8. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da instituição, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Outros Ativos Intangíveis	209.304	209.304
(-) Amort. Acum. de Ativos Intangíveis	(196.303)	(183.859)
Total	13.001	25.445

9. Depósitos

É composto por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de *pro rata temporis*, já a remunerações pré fixadas são calculadas o prazo final das operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Depósito a Prazo	1.012.773	851.127
Total	1.012.773	851.127

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN n°4.284/13. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Depositante	166.428	16,43%	194.114	22,81%
10 Maiores Depositantes	706.499	69,75%	657.138	77,21%
50 Maiores Depositantes	1.012.773	100%	851.127	100%

10. Outras obrigações

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	11.646	1.909
Obrigações sociais e estatutárias	362.981	114.667
Obrigações fiscais e previdenciárias	76.059	75.006
Outras obrigações	299.316	301.810
Total	750.002	493.392

10.1 Sociais e estatutárias

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Resultado de Atos com Associados (a)	325.441	114.667
Cotas de Capital a Pagar (b)	37.148	-
Sobras/Juros de Capital a Pagar	392	-
Total	362.981	114.667

a) O Fates é destinado às atividades educacionais e à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e por 10% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – Cosif. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

b) As cotas de capital a pagar ficam registrados os valores a devolver ao cooperado que foi demitido ou uma devolução parcial de capital.

10.2 Fiscais e previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Impostos e contribuições s/ serviços de terceiros	297	292
IRRF sobre salários	14.532	13.453
INSS sobre salários	32.843	33.255
FGTS sobre salários	10.556	11.213
IRRF sobre aplicações financeiras	0	32
PIS sobre salários	1.177	684
PIS/COFINS a recolher	1.923	1.588
IRRF de juros ao capital	14.731	14.489
Total	76.059	75.006

10.3 Diversas

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores	32.102	25.325
Provisão p/ despesas administrativas	26.384	24.386
Provisão p/ despesas com pessoal	60.432	66.012
Provisão de ações Judiciais	10.000	10.000
Provisão de Férias	107.035	105.095
Recesso Estagiário	0	750
Seguro retidos dos empréstimos	32.180	44.563
Convenio Farmácia	0	310
Credores diversos - país	3.772	7.499
Créditos – boleto afastado	0	221
Cartão de Crédito – Fatura	26.859	17.125
Faturamento Padaria	552	524
Total	299.316	301.810

11. Provisões para contingências passivas

Considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação dos assessores jurídicos, a Cooperativa, para fazer face às perdas possíveis de demandas administrativas e judiciais, foi feito o provisionamento no valor de R\$ 10.000,00 referente as ações cíveis.

12. Instrumentos financeiros

A Coopercredi ACSC opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a prazo e empréstimos.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos. Nos exercícios de 2017 e de 2016, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

13. Patrimônio líquido**a) Capital Social**

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Capital Social	27.803.321	25.519.278
Quantidade de Associados	7.145	7.216

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Fundo de Expansão

O Fundo de Expansão tem como objetivo reunir recursos financeiros para instalação de sede administrativa para a Coopercredi ACSC e é destinado conforme deliberação em Assembleia Geral

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a lei nº 5.764/1971.

e) Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa e a Lei nº 5.764/1971, as sobras líquidas do exercício terão a seguinte destinação:

Descrição	2017	2016
Sobra líquida do exercício	3.050.742	2.832.071
Pagto/incorporação de Juros ao Capital	(2.181.199)	(2.122.982)
Sobras líquidas, base de cálculo das destinações.	869.543	709.089
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 10%	(86.954)	(70.909)
Fundo de assistência técnica, educacional e social – 10%	(86.954)	(70.909)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	695.635	567.271

O Fundo de assistência técnica, educacional e social (FATES) é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa; e Os resultados decorrentes de atos não cooperativos são destinados ao FATES, no entanto, não houve em 2017 e 2016.

14. Provisão de Juros ao Capital (quando aplicável)

A Cooperativa provisionou e pagou juros ao capital próprio, remunerando o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram a Lei Complementar 130/09. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular Bacen nº 2.739/97.

15. Outros ingressos e rendas operacionais

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Recuperação de Encargos e Despesas	22.584	41.951
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	309.704	144.829
Reversão de Provisões Operacionais	276.073	364.877
Total	608.361	551.657

15.1 Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Rendas de Empréstimos	7.505.398	7.004.983
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumento financeiro	49.763	179.456
TOTAL	7.555.161	7.184.439

16. Dispêndios da Intermediação Financeira

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas De Captação	(116.771)	(119.056)
Provisões para operações de crédito	(1.230.029)	(1.125.876)
Total	(1.346.801)	(1.244.932)

17. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa; as pessoas jurídicas a estes pertencentes ou que exerçam controle e dos membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e se caracterizam basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2017:

Montante das operações ativas	% em relação à carteira total
R\$ 105.954	0,41%
Montante das operações passivas	% em relação à carteira total
47.337	4,67%

Operações ativas e passivas – saldo em 2017:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Empréstimo	105.954	52.977	0,41%

Aplicações Financeiras	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Prazo	47.337	1%

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo e empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Empréstimos	1,68% a 3,05%	1,68% a 3,05%
Aplicação Financeira	80% a 110% do CDI	80% a 110% do CDI

No exercício de 2017 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2017 (R\$)	
Cédulas de Presença (Conselho Administração)	31.060
Cédula de Presença (Conselho Fiscal)	13.014
Honorários (Diretoria Executiva)	439.218
Plano de Saúde	23.004
Total	506.296

18. Cooperativa central

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Associação Congregação de Santa Catarina – Coopercredi ACSC, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CENTRAL COOPERATIVAS CRÉDITO ESTADO DE SÃO PAULO - SICOOB CENTRAL CECRESP, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CECRESP, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum, em maior escala, dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e pelas normas emitidas pelo Banco Central do Brasil, bem como a facilitação da utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CECRESP a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e a aplicação dos recursos captados, a implantação e a implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanham informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras medidas.

A Coopercredi ACSC responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CECRESP perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a SICOOB CENTRAL CECRESP:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Ativo circulante - Relações interfinanceiras - centralização financeira (Nota 3)	6.253.551	3.429.254
Ativo Permanente - Investimentos (Nota 6)	1.479.403	1.337.793

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL CECRESP, de 31/12/2017, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 02/02/2018, com opinião sem modificação.

19. Gerenciamento de Risco e de Capital

19.1 - Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

19.2 – Risco de mercado e de liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Associação Congregação de Santa Catarina – Coopercredi ACSC objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.464/2007 e artigo 8 Resolução CMN 4.090/2012, a Coopercredi ACSC aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência ao modelo de mensuração de risco (backtesting).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, a Coopercredi ACSC possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de liquidez da entidade.

19.3 – Risco de crédito

O gerenciamento de risco de crédito da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Associação Congregação de Santa Catarina – Coopercredi ACSC objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN nº 3.721/2009, a Coopercredi ACSC aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Sicoob Confederação (Sicoob), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a Coopercredi ACSC possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

19.4 – Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Associação Congregação de Santa Catarina – Coopercredi ACSC objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, a Coopercredi ACSC aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do SICOOB, centralizada no SICOOB CONFEDERAÇÃO, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do SICOOB com objetivo de:

- a) Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do SICOOB estão sujeitas;
- b) Planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do SICOOB; e
- c) Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do SICOOB.

20. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

21. Índice de Basiléia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.192/13, compatível com os riscos de suas atividades.

O Patrimônio de Referência (PR) da Cooperativa, que era de R\$ 29.865,029 e encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos em 31 de dezembro de 2017.

22. Benefícios a empregados

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade Plano Sicoob Multi Instituído. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários e administradores da cooperativa são equivalentes a no mínimo 1% do salário. As despesas com contribuições efetuadas durante o exercício de 2017 totalizaram R\$ 5.127,57.

23. Ouvidoria

A ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do sistema de ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

24. Outros assuntos

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº. 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a consequente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN n.º.3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.

Em razão disso, foi criada no **Sicoob Confederação**, a **Superintendência de Gestão de Risco e Capitais**, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº. 4.557/2017, de modo a atendê-la plenamente a partir de fevereiro de 2018.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

São Paulo, 09 de fevereiro de 2018.

Douglas Aparecido Cirilo

Diretor Executivo

Gerson Ribeiro Magalhães

Diretor de Controles

Alberto Luis Alves

Contador CRC SP 256.335/P-1

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Associação Congregação de Santa Catarina
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Associação Congregação de Santa Catarina, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Associação Congregação de Santa Catarina em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, quando lermos o Relatório da Administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 9 de fevereiro de 2018.



Rui de Assis Vasconcelos
Contador – CRC MG75505/O-3

Ronaldo Reimberg Lima
Contador – CRC 1SP215393/O-1



Coopercredi ACSC

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós, membros do Conselho Fiscal DA COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA A.C.S.C., em cumprimento ao que determina o artigo 57, letra "I a XIV" do Estatuto Social pelos seus membros abaixo assinados, tendo em vista o resultado das reuniões de verificação realizadas no decorrer do exercício de 2017 para os fins previstos no Estatuto Social, e, após examinarem os documentos que compõem o "Balanço Geral" encerrado em 30 de Junho e 31 de Dezembro de 2017, bem como da Demonstração de "Sobras ou Perdas, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrações de Fluxo de Caixa" apresentado, constaram que:

- a) As escriturações contábeis e fiscais estão em perfeita ordem;
- b) As despesas efetuadas, autorizadas pela Diretoria, encontram-se dentro das necessidades e possibilidades da Cooperativa;
- c) Não tem a Cooperativa qualquer questão a resolver com autoridades do Cooperativismo;
- d) Foi constatado que: "a cooperativa não mantém valor em espécie no caixa";
- e) Os valores debitados ao FATES, conforme decisão da Diretoria, foram aprovados por este Conselho;
- f) Todos os compromissos com terceiros encontram-se rigorosamente em dia.

Várias questões de ordem administrativa foram por nós tratadas com o Órgão de Administração, que as explicou a contento e tomou, conforme o caso, as providências recomendadas para a sua solução.

Dado o exposto, recomendamos a aprovação do Balanço Geral e Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrações de Fluxo de Caixa deste exercício, pela Assembléia Geral Ordinária.

São Paulo, 15/03/2018.

Felipe Ribeiro Soares de Andrade
Conselheiro

Sarah Lopes Vilas boas
Conselheiro

Sérgio Aparecido da Veiga
Conselheiro

**Coopercredi ACSC****PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Os Membros do Conselho de Administração da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Associação Congregação de Santa Catarina – Coopercredi ACSC, após exame e discussão e, em face da manifestação favorável dos Conselheiros Fiscais e dos Auditores Independentes da Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa - CNAC, aprovaram, por unanimidade dos presentes e sem ressalvas, o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Contábeis, acompanhadas das Notas Explicativas, do Relatório dos Auditores Independentes, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e do parecer do Conselho Fiscal, a serem submetidas à Assembleia Geral Ordinária dos cooperados.

São Paulo, 26 de março de 2018.

Antônio Coelho Barroqueiro
Presidente do Conselho

Vera Lucia Guerreiro Sardinha
Vice-presidente

Carla Verônica Garcia Silva
Conselheira

Chegou o aplicativo Coopercredi ACSC

Baixe agora e tenha acesso a informações e novidades da cooperativa em suas mãos



O novo aplicativo **Coopercredi ACSC** foi pensado para nossos associados e aqueles que desejam tornar-se um.

Uma **solução** em um canal digital para que o acesso aos nossos **serviços** seja **fácil** e **seguro**.



Coopercredi ACSC

Uma instituição feita para você!



Av. Paulista, 352 - 1º andar - Cj.11 - Bela Vista - São Paulo - SP

CEP: 01310-000

Central de Atendimento (11) **3141-4610** - Ouvidoria: **0800-725-0996**

www.coopercrediasc.coop.br